



# MANGUINHOS PÓS PAC

## O Agravamento das Enchentes

Relato de Urgências

---

Março, 2018

## **Organização e Redação de Textos**

Fatima Pivetta

Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM/ ENSP/Fiocruz

Lenira Zancan

Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM/ ENSP/Fiocruz

Marize Bastos da Cunha

Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM/ ENSP/Fiocruz

Patrícia Evangelista Ribeiro

Apoio à Gestão Participativa – Teias Escola Manguinhos

## **Pesquisa de Campo**

Anastácia dos Santos

Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos - COMACS

Eliene Maria Vieira

Moradora de Manguinhos

Fabio Falcão Monteiro

Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos – COMACS

José Beserra de Araújo

Movimento de Comunidades Populares – Núcleo Manguinhos

Patrícia Evangelista Ribeiro

Apoio à Gestão Participativa – Teias Escola Manguinhos

## **Foto da Capa**

Acervo Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos – COMACS

## **Fotografias**

Acervo Particular de Moradores

Acervo Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos – COMACS

## **Colaboração**

José Stelberto Porto Soares

Clube de Engenharia do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro

Luciana Ribeiro

Gerência do Cuidado - Teias Escola Manguinhos

## **Apoio**

Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

## **Realização**

Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM

## APRESENTAÇÃO

*MANGUINHOS PEDE SOCORRO! O silêncio desta madrugada foi interrompido com gritos de "enchente!" para alertar moradores que já estivessem dormindo. Assim a equipe da Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos (COMACS) inicia a mensagem na sua página no Facebook, no dia 15 de fevereiro.*

Em continuidade a esse grito de socorro, este breve Relato busca documentar algumas situações que foram possíveis de serem registradas referentes aos problemas das casas e pessoas em risco decorrentes da enchente ocorrida em fevereiro. Tem como objetivo subsidiar os moradores em suas demandas junto às autoridades públicas e órgãos de governo responsáveis pelas obras não feitas e malfeitas e pelo abandono do território.

Essa é a sexta grande enchente que castiga Manguinhos desde que o PAC iniciou suas obras. A primeira foi em abril de 2010, quando as águas inundaram até o primeiro andar dos prédios do DSUP, uma das primeiras obras do PAC inauguradas em dezembro de 2009, e cujos apartamentos foram ocupados pelas famílias em janeiro daquele ano. As outras enchentes, sempre causando grandes prejuízos aos moradores, aconteceram em dezembro de 2013, março de 2015, março de 2016 e em dezembro de 2016. Estas enchentes também foram registradas e os materiais produzidos estão relacionados no anexo ao final deste relato. O “Relato Fotográfico de Urgências: PAC Manguinhos”, que documenta a enchente de dezembro 2013 foi entregue no início de 2014, ao Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, e às Secretarias de Habitação e de Saneamento do Ministério das Cidades.

O presente Relato foi sistematizado a partir da demanda do NUTH, e o mesmo será anexado ao processo da Ação Civil Pública que trata dos problemas de habitação da rua São José e adjacências, em andamento na Defensoria. Foi organizado pelo Laboratório Territorial de Manguinhos em parceria com a Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos (COMAS) e o setor de Gestão Participativa e a Gerência do Cuidado do Teias Escola Manguinhos. Foi fundamental a colaboração de alguns moradores, em particular do Seu José Beserra do Movimento das Comunidades Populares – Núcleo Manguinhos e Eliene Vieira, que contribuíram de forma definitiva com o envio de imagens e informações sobre a Rua São José, um dos principais locais atingidos pelas enchentes, bem como de outras localidades.

## PANORAMA GERAL

A região sempre mais atingida pelas enchentes em Manguinhos é a que se situa na parte mais baixa do território e compreende as comunidades Parque João Goulart, CHP2, Vila Turismo e Varginha. Está marcada em tom mais escuro no mapa, Figura 1 na página que segue, elaborado em conjunto com os moradores em 2016, para compor o Relatório Técnico para Defensoria Pública, que documentou os problemas deixados, não resolvidos ou criados pelo PAC, e está referenciado no anexo.

Entretanto, frequentemente os alagamentos atingem praticamente todo território causando danos e colocando toda a população em risco, com perdas materiais, dificuldade de mobilidade e doenças, por exemplo. Esta enchente agora atingiu também Vila União, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Vila São Pedro e parte da COHAB Nelson Mandela.

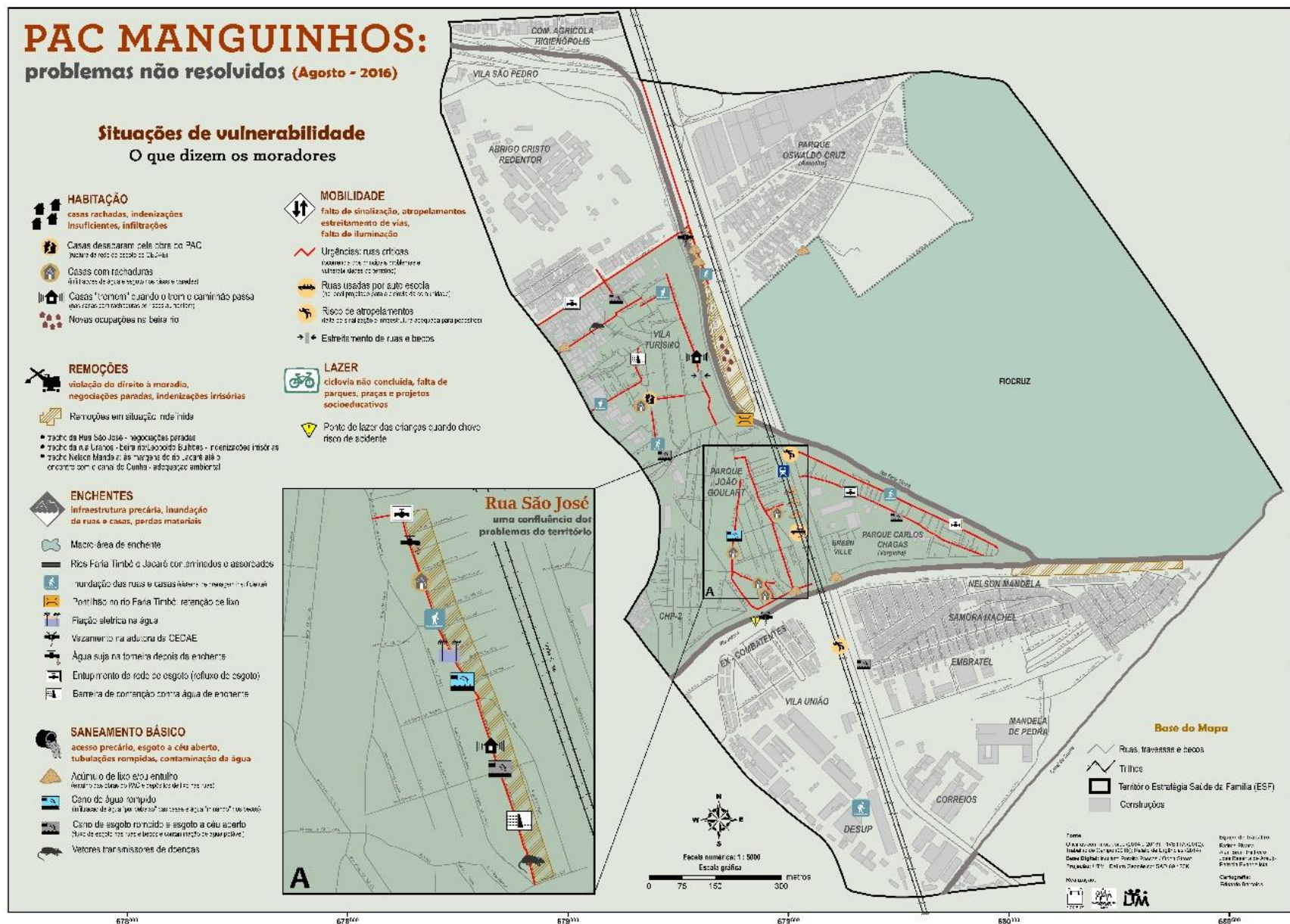
Após a enchente ocorrida em janeiro deste ano, bem menos violenta do que esta de fevereiro, embora tenha causado estragos consideráveis, foi iniciada a dragagem do rio Faria Timbó de forma pontual, na altura da comunidade de Vila Turismo, mas não foi feito nada além disso, como a limpeza das galerias pluviais e da rede de esgotos das comunidades. Os bancos de areia se estendem ao longo Canal do Cunha impedindo o escoamento das águas para a Baía de Guanabara.

Para se ter uma ideia da extensão dos danos à população na rua São José, situada no Parque João Goulart, as águas chegaram à uma altura de 1,80 m, alagando casas, danificando e arrastando móveis, alimentos, etc. Os levantamentos realizados por Agentes Comunitários de Saúde mostram que um total de 60 famílias foi atingida. Sendo que só nas áreas mais castigadas, Vila Turismo e Varginha, 11 famílias tiveram perda de tudo de dentro de suas casas: 6 famílias na Varginha e 5 famílias na Vila Turismo. Sendo que na Varginha toda a localidade ficou sem água de quarta à noite (dia 14/02) até domingo (18/02) e sem luz até o sábado (dia 17/2). A fábrica de ex-costureiras da Cootram foi tomada pelo lodo e no sábado ainda estavam sendo limpas.

Apresentamos neste Relato apenas algumas das situações-limites que foram registradas em imagens, mas que ilustram sobremaneira o panorama geral da catástrofe que se abateu sobre a população de Manguinhos decorrentes da enchente, e que organizamos nos seguintes temas: A dragagem “tabajara”, o muro de pneus e o agravamento da enchente; Saneamento básico do PAC: uma intervenção “tabajara”; A rua São José: a marca do abandono do PAC; Casa na rua Maranhão, Parque João Goulart: o teto desabou; Perdas: materiais, afetivas, memórias e histórias; A mobilidade impedida e os riscos nos caminhos; O prejuízo dos pequenos comerciantes locais.



Figura 1 – Mapa sobre os Problemas não Resolvidos pelo PAC elaborado em 2016.



## A DRAGAGEM “TABAJARA”, O MURO DE PNEUS E O AGRAVAMENTO DA ENCHENTE

O título provocativo para nomear o problema da dragagem em Manguinhos foi usado como forma de definir como, de fato, foram e são realizadas as obras de saneamento básico neste território. “Tabajara” virou uma gíria, um modo popular de designar alguma coisa de qualidade ou utilidade duvidosa, a partir dos humoristas do programa “Casseta e Planeta”, da TV Globo, nos anos 1990. Os humoristas se referiam às organizações Tabajara, como uma empresa fictícia que vendia produtos inexistentes, coisas que não funcionavam, numa verdadeira propaganda enganosa. Esta expressão se popularizou e é utilizada correntemente por autoridades de todos os poderes para (des)qualificarem processos políticos e judiciais em curso no nosso país.

Assim, é que muitos moradores, pesquisadores e técnicos veem as intervenções do governo do Estado e da Prefeitura, responsáveis pelas obras do PAC nas favelas do Rio de Janeiro: intervenções “tabajara”. Já analisadas e denunciadas pela e na mídia, em relatórios e publicações científicas, etc.

No caso da dragagem dos rios e canais em Manguinhos, nomeamos de “dragagem tabajara” porque é de qualidade duvidosa, para não dizer sem qualidade nenhuma, por diversas razões. Destacamos três: é realizada em locais pontuais dos rios e canais;; não há nenhuma regularidade na limpeza e dragagem e frequentemente acontece apenas em períodos eleitorais, e; o lodo, a areia, o entulho que são retirados dos rios e canais são jogados à margem dos mesmos.

Neste ano aconteceu assim, lembrando que é um ano eleitoral: no dia 10 de janeiro foi anunciada nas redes sociais que o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, iniciaria a dragagem do rio Faria Timbó pela Vila Turismo.

Na foto ao lado pode-se observar o grau de assoreamento dos rios e canais da sub-bacia hidrográfica do Canal do Cunha, onde se situa Manguinhos. Os bancos de areia não deixam as águas escoarem e retém o lixo jogado nos mesmos, agravando a situação.

O que aconteceu nesta enchente, que mostramos a seguir, ilustra bem as consequências desse modo “tabajara” de resolver os problemas de Manguinhos.



Foto 1 - Rio Jacaré na Rua Maravilha ao lado da adutora no CHP2. 15/02/2018. Acervo COMACS.





Foto 2 - Muro de pneus na rua Uranos, altura da Capitão Bragança. 15/02/2018. Acervo COMACS.



Foto 3 – Lodo e areia retirados na dragagem, e colocados na margem do rio. 15/02/2018. Acervo COMACS.

### **O Muro de Pneus na Rua Uranos**

Para muitos moradores uma das principais causas do agravamento da enchente de fevereiro último foi o muro de pneus erguido na rua Uranos na altura da Capitão Bragança. Conforme informação que chegou aos moradores, o mesmo foi construído pelo INEA para impedir que empreiteiras continuassem a usar o local como depósito de entulhos de obras.

Pela análise dos moradores esse aterro foi responsável pelo represamento da água da chuva na região, que chegou a 1,5 m em algumas regiões que geralmente não enchem tanto. O muro agravou o alagamento no lugar, pois os pneus atuaram como muro de contenção não deixando a água escoar pelo rio, obviamente entrando nas ruas, becos e vielas.

O lodo, areia e tudo que está no fundo do rio e é jogado dentro das próprias localidades pela sistemática da dragagem “tabajara”. A força das águas espalhou esse material e também deslocou os pneus, que se espalharam pelas comunidades.



Foto 4 – Muro da Supervia. 15/02/2018. Acervo COMACS

## Rua Humboldt

Os impactos do muro de pneus no agravamento das enchentes atingiram a rua Humboldt, distante do muro, em Bonsucesso. Segundo os moradores, historicamente essa parte do bairro sempre encheu bastante, mas há anos não se viu uma como enchente como essa.

O nível da água atingiu mais de 2 m, alcançando a altura os fios no poste, foto do muro da Supervia na altura da rua Capitão Bragança, ao lado, e colocando a população em risco de choque elétrico, pela elevada probabilidade de eletrificação das águas.

8



Foto 5 – Rua Humboldt. 15/02/2018. Acervo COMACS.



## SANEAMENTO BÁSICO DO PAC: UMA INTERVENÇÃO “TABAJARA”

*Por ser uma região de manguezal não é possível fazer o esgotamento sanitário e a distribuição de água sem fazer drenagem, sem resolver o problema da drenagem de Manguinhos. A cada chuva forte o Rio Faria – Timbó ou o Rio Jacaré bota água para dentro, e principalmente a parte mais baixa, onde ficam as comunidades Parque João Goulart, CHP2 e Vila Turismo ficam cheia d’água e dali se expande – dependendo da chuva – para o meio das casas, das ruelas, etc. Então, sem resolver o problema da drenagem é um absurdo, porque você perde ou não deixa funcionar adequadamente o sistema de esgotamento sanitário.*

Assim, José Stelberto Porto Soares<sup>1</sup>, Conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, resume o problema central de Manguinhos com relação ao saneamento básico – a drenagem pluvial, problema não resolvido nem pelo PAC.

Os moradores relatam como graves problemas relativos ao saneamento básico: o entupimento e transbordamento da precária rede de esgoto e a também precária coleta de lixo, e que geram enormes transtornos cotidianos, que têm que se encarregar de resolvê-los por conta própria, fazendo o desentupimento e a limpeza da rede de esgoto.

O fato das tubulações de esgoto e de água correrem próximas, faz com que o esgoto, em determinadas situações, retorne pelos canos de água, contaminando a água, o que se agrava nas enchentes. A precariedade da rede de esgoto se faz visível no cotidiano dos moradores pelos vazamentos que alagam as vias e becos, inclusive dificultando a mobilidade.

Esses problemas retratam a falta de projetos técnicos sem estudo aprofundado das condições locais e de planejamento para a realização das obras de esgotamento sanitário em Manguinhos, que acabam, historicamente, incompletas e inacabadas.

As imagens e informações produzidas pelos moradores, apresentadas a seguir, nos dão uma dimensão dos problemas decorrentes da falta de drenagem pluvial, problema esse que se repete e se agrava a cada chuva mais intensa. Principalmente, nas áreas mais baixas do território, e que nos documentos referidos no anexo detalham o ocorrido nas diversas enchentes passadas.

---

<sup>1</sup> Texto copiado de duas entrevistas de José Stelberto a pesquisadores da Fiocruz (do Laboratório Territorial de Manguinhos – ENSP e do Departamento de Patrimônio Histórico e Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz), no segundo semestre de 2009, no âmbito dos projetos destes dois grupos de pesquisa sobre o PAC Manguinhos, que então fazia intervenções no território desde 2008.



**Rua Capitão Bragança,  
Vila Turismo**

Foto 6 – Rua Capitão Bragança.  
15/02/2018. Acervo COMACS

A imagem mostra a rua Capitão Bragança, na Vila Turismo, no dia posterior a enchente. Essa é justamente a rua que fica em frente a montanha de areia, lama e lodo retirada do fundo do rio Faria Timbó, mostrada na Foto 3.

Vemos a rua recoberta de lama e lodo que transbordou e se espalhou: essa lama exala um cheiro ruim e forte, que piora com o calor. Conforme vai secando, endurece e a poeira formada se espalha. Permanece por longo tempo nas ruas até ser levada por outras chuvas, uma vez que os serviços da Prefeitura para limpeza das vias, quando é feito demora e é muito precário. Com isso, a grossa poeira das ruas vai se incrustando e danificando os pertences dos moradores. As pessoas com doenças respiratórias são as que mais sofrem.





Foto 7 - Rio Faria Timbó, na altura da Comunidade Agrícola de Higienópolis. 15/02/2018. Acervo COMACS.



Foto 8 - Rua sem nome, transversal às ruas Pernambuco, Paraná e Ceará. 15/02/2018.





## Os Pontilhões sobre o rio Faria-Timbó e o sobre o Rio Jacaré: dois dos mal feitos do PAC

Esses dois pontilhões sobre os rios foram reconstruídos pelo PAC de forma totalmente errada, fazendo com que o lixo fique retido não permitindo o escoamento adequado das águas. Fato que também é agravado pela falta de dragagem dos rios. Segundo relato de um antigo morador da Vila Turismo, há mais de 30 anos que o rio Jacaré não enchia, tendo seu nível alcançado 1,20 m de altura. Na rua São José, que termina nas margens desse rio o nível da água alcançou 1,80 m.

É tanto lixo acumulado devido a enchente, que não se percebe que à esquerda da foto de baixo é uma passarela de pedestres.

Fotos 9 e 10 - Pontilhão sobre o Rio Jacaré (de cima) e Pontilhão sobre o Rio Faria Timbó (de baixo).  
19/02/2018. Acervo José Beserra de Araújo





## A Força e o Nível das Águas na Enchente e o Lixo Acumulado

Foto 11 - Cerca da Horta Comunitária de Manguinhos na Comunidade de Vila Turismo. 15/02/2018. Acervo COMACS



Foto 12 - Rua Humboldt, em Bonsucesso. 15/02/2018.  
Acervo COMACS



Foto 13 - Rua Uranos. no sentido Manguinhos. 15/02/2018. Acervo COMACS

Rua Uranos, ao longo do rio Faria Timbó, na altura da passarela Linha Amarela, entre a Comunidade Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis. Observa-se como a rua ficou após a chuva: repleta de pedaços de asfalto que foram arrancados com a força das águas, que se acentua por ser onde o rio faz a curva. À direita, marcada com a seta vermelha, vê-se a marca da água na parede da casa, que atingiu quase todo primeiro andar.





## Os Espaços de Lazer Destruídos pela Enchente

A pracinha, na Comunidade Parque João Goulart, foi construída pelos moradores da localidade e ficou totalmente tomada pelo lixo da enchente.

Foto 14 - Pracinha de brinquedos. 15/02/2018. Acervo COMACS



O muro do campo de futebol society caiu ficando o mesmo interditado para jogos.

Foto 15 – Campo de futebol society. 15/02/2018. Acervo COMACS



## A RUA SÃO JOSÉ: A MARCA DO ABANDONO DO PAC

A rua São José na madrugada do dia 14 de fevereiro.

Havia um projeto de intervenção do PAC para rua São José, que previa a remoção da mesma e relocação das famílias em prédios que seriam construídos, e a área seria urbanizada. Nada foi feito, e hoje os moradores sofrem todas as consequências da falta de intervenção bem como dos problemas criados ou deixados pelo PAC, quais sejam: enchentes, rachaduras nas casas provenientes de movimentações do solo, entupimento das vias de esgotamento sanitário e as remoções de moradores sem a devida realocação em novas habitações, que deveriam ter sido construídas na comunidade.

Após o abandono do PAC e da área pelos governos do Estado e da Prefeitura, os becos da rua São José foram fechados com novas construções. Devido a isso as águas da chuva não tem para onde escoar e desaguam na rua São José. Nesta enchente o nível das águas chegou a 1,80 m, na altura da rua Pernambuco chegando ao rio Jacaré.

As imagens que seguem, da rua falam por si. Mas nem a imaginação mais fértil consegue traduzir o sofrimento dos moradores, que são expressos em seus depoimentos ou nos vídeos que gravaram no interior das suas casas sendo invadidas pelas águas, lodo e esgoto, e dos quais extraímos muitas das fotos aqui apresentadas.

Foto 16 - Vista da rua São José na madrugada da enchente.  
14/02/2018. Acervo Moradores.



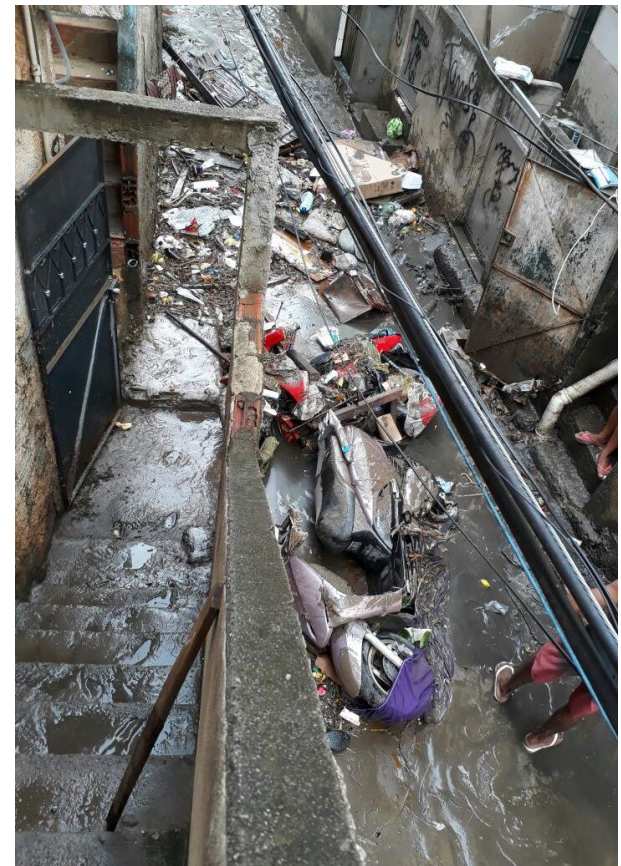
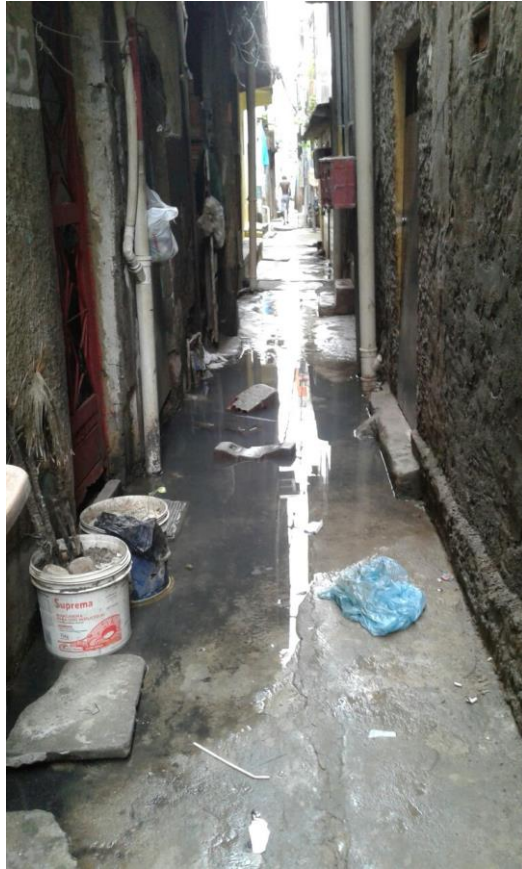


Foto 17 – Rua São José se transformou em um rio, na madrugada do dia 14 de fevereiro. Acervo de Moradores.



Foto 18 – A Agente Comunitária de Saúde Lúcia mostra as marcas da água na parede de uma casa. 16/02/2018. Acervo de Moradores.

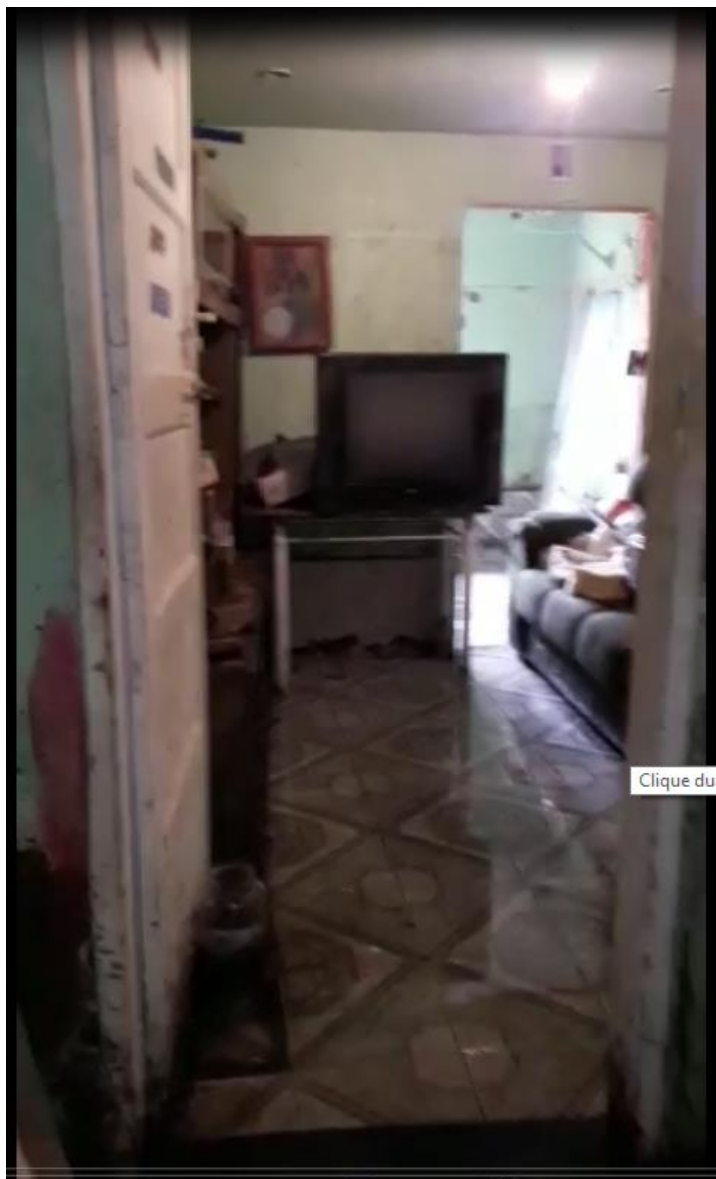




A rua São José nos dias seguintes à enchente.

O lodo, o lixo e a mobilidade praticamente impedida expõem moradores aos riscos de acidentes e doenças.

Fotos 19, 20 e 21 - 17/02/2018. Acervo de Moradores



## Casa na Rua São José, nº 55

Quatro dias após a enchente os moradores ainda limpavam o lodo de dentro de suas casas.

As imagens mostram o interior e o hall de entrada da casa.

Fotos 22 e 23 -  
18/02/2018. Extraídas de  
um vídeo. Acervo Patrícia  
Evangelista





Interior de uma outra casa na rua São José. Imagens extraídas de vídeo gravado pelos moradores, mostram o hall de entrada, as marcas d'água da enchente nas paredes, os móveis levantados. Os moradores se abrigaram no andar superior da casa. Fotos 24, 25 e 26 - 18/02/2018. Fotos extraída de um vídeo. Acervo de Morador.



### Casa na Rua São José

21

Interior de uma terceira casa onde se vê as rachaduras nas paredes, agravadas pela infiltração pelas águas da enchente.

Fotos 27 e 28 - 15/02/2018.  
extraídas de um vídeo. Acervo  
Patrícia Evangelista



## CASA NA RUA MARANHÃO: O TETO DESABOU

As imagens abaixo mostram o interior de uma na casa rua Maranhão, situada no Parque João Goulart, cujo teto caiu. Moram na casa uma família composta pela mãe, duas crianças e a avó. A família foi socorrida e acolhida por uma vizinha. De acordo com os Agentes de Saúde que atendem essa família a casa já apresentava problemas de estrutura que foram agravados pela enchente. Fotos 29, 30 e 31 - extraídas de um vídeo. Acervo Patrícia Evangelista no dia 16/02/2018.



## PERDAS: MATERIAIS, AFETIVAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS



Foto 32 – Rua Sami Jorge, Vila Turismo. 19/02/2018. Acervo José Beserra de Araújo.



Foto 33 – Muro de uma casa na rua Humboldt, Bonsucesso, desabou. 15/02/2018. Acervo COMACS

Nos pertences dos moradores, perdidos ou danificados estão inscritos dias, anos, anos de trabalho. Os investimentos de uma vida, suas histórias e memórias são levadas pelas enchentes, que resultam do descaso e irresponsabilidades dos gestores e governantes.

Foto 34 - Igreja Rei Jesus, situada ao lado da Associação de Moradores do Joao Goulart. 15/02/2018. Acervo COMACS





## A MOBILIDADE IMPEDIDA E OS RISCOS NOS CAMINHOS



Foto 35- Rua Santo Herculano. Parque João Goulart. 15/02/2018. Acervo COMACS



Foto 36 – Rua São Daniel. Parque João Goulart. 15/02/2018. Acervo COMACS

Um dos impactos mais importantes das enchentes diz respeito à mobilidade. Os moradores precisam deixar a água baixar para começar a limpeza de suas casas e das ruas. Isso significa que eles não podem se deslocar para ir ao trabalho, escola, unidade de saúde ou qualquer outro lugar necessário. E quando o fazem, correm vários riscos. Além da água acumulada e da lama, a mobilidade é impedida pelo lixo ou árvores caídas.

As imagens do que ocorreu no Parque João Goulart nos mostram na Rua Santo Herculano as águas sujas paradas e na Rua São Daniel a árvore caída.





### **Escadaria de Acesso à Passarela**

Final da rua Uranos, viaduto da Linha Amarela à direita. O lixo na escadaria, além de dificultar a passagem das pessoas nos indica a altura que as águas da chuva alcançaram. Atrás vemos os prédios da Comunidade Agrícola de Higienópolis.

Foto 37 – 15/02/2018, Acerco COMACS





## Onde o rio faz a curva

A força das águas onde o rio Faria Timbó faz a curva foi suficiente para arrancar o asfalto das ruas. Diga-se de passagem, asfalto esse de péssima qualidade, como na maioria das ruas da cidade.

Esta é rua Uranos vista de cima da passarela da Linha Amarela, sentido Manguinhos. À esquerda se localiza a Comunidade Parque Oswaldo Cruz (Morro do Amorim).

Foto 38 - Rua Uranos ao longo do rio Faria Timbó.  
15/02/2018. Acerco COMACS

## O PREJUÍZO DOS PEQUENOS COMERCIANTES LOCAIS



O supermercado Rainha de Manguinhos e a farmácia, lojas vizinhas na Estrada de Manguinhos, tiveram grandes perdas.

Foto 39 e 40, respectivamente. 15/02/2018. Acerco COMACS



## DRENAGEM PLUVIAL EM MANGUINHOS: UM PROBLEMA QUE TEM SOLUÇÃO

O déficit habitacional bem como a precariedade de grande número de habitações juntamente com a total inadequação do sistema de saneamento básico são os principais problemas deste território da cidade.

Destacamos nesta parte do Relato o resumo da análise feita pelo engenheiro José Stelberto Porto Soares, em entrevista a pesquisadores da Fiocruz por ocasião das obras do PAC em 2009, a qual já referenciamos na página 7.

O engenheiro relembra o Pro Sanear, um programa do Banco Mundial para as favelas, que os moradores passaram a chamar de Pró Sacanear, tal foi a má qualidade das intervenções. Embora o projeto original fosse muito bem estruturado, não resolveu os problemas do saneamento básico, assim como o PAC não resolveu. Afirma também que um dos grandes problemas do PAC, como de costume nos projetos para as favelas, foi não ter projeto técnico.

Por ser uma região de manguezal não é possível fazer o esgotamento sanitário e a distribuição de água sem resolver o problema da drenagem em Manguinhos.

A cada chuva forte o Rio Faria – Timbó ou o Rio Jacaré botam água para dentro do território, e principalmente a parte mais baixa, onde se situam as comunidades Parque João Goulart, CHP2 e Vila Turismo ficam cheia d'água e dali se expande – dependendo da intensidade chuva – para o meio das casas, das ruelas, etc. Então, sem resolver o problema da drenagem você perde as instalações do sistema de esgotamento sanitário ou ele deixa funcionar adequadamente, como sabem os moradores.

Fazer a rede de esgoto em Manguinhos, sem a drenagem, significa que com qualquer chuva a população vai tentar escoar a água que invade as ruas, vielas, becos e suas próprias casas, através do esgoto. Isto é, vai resolver o problema da maneira possível dentro das suas possibilidades, com toda a razão. Então, os detritos, sedimentos, entram pela tubulação, desgastando até o limite de parar de funcionar.

A drenagem tem que ser feita para escoar as águas das chuvas. Tem que se dar uma solução para as águas de chuva em Manguinhos, e isso não foi feito no Pró Sanear, e no PAC também não, ou não fizeram ou fizeram de forma totalmente inadequada.

Soma-se a isso a falta de desenvolvimento do projeto de despoluição da Baía de Guanabara, que não fez até hoje – esse é o detalhe fundamental – as redes, os coletores-troncos pra receber o esgoto de Manguinhos. Ainda que precariamente, o PAC refez grande parte da rede de esgoto interna, entretanto continua sendo jogado nos rios e canais, porque não tem onde ligar a rede de esgoto do território à uma rede coletora. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) não fez rede coletora até a estação de tratamento da Alegria.

### Como solucionar o problema da drenagem das águas da chuva, fazer um sistema de esgotamento sanitário que funcione e evitar enchentes?

O Programa de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) desenvolvido para Manguinhos entre 2003-2004, destacava que a primeira fase seria resolver o problema mais básico, mais premente de Manguinhos - a drenagem pluvial, pois para que se possa urbanizar a área é preciso impedir que o território seja um reservatório de água. A cada chuva o Rio Faria – Timbó e o Rio Jacaré botam água para dentro. Para isso, primeiro, tem que se resolver essa questão, a questão da drenagem do lugar. E esse projeto nunca foi feito, apenas estudos.

Para solucionar o problema de alagamentos e enchentes deve-se primeiro impedir que as águas de fora entrem em Manguinhos. Isto é possível fazendo uma galeria de cintura, uma robusta galeria de cintura pela Av. dos Democráticos, para impedir que a água de fora, por exemplo, de Higienópolis, entre em Manguinhos. Essas águas da galeria de cintura escoariam então para os rios Faria-Timbó e Jacaré. Para impedir que os rios transbordem para dentro de Manguinhos, deve ser construída uma pequena mureta ao longo das margens dos rios, com as saídas de drenagem com comportas *flap*, que são comportas que são fechadas pela própria movimentação da água – quando a água do rio sobe, ela fecha automaticamente, tudo pela gravidade mesmo: pela pressão da água ela fecha, quando a água sai, ela abre – assim se impediria que as águas de fora entrassem nas áreas da comunidade de Manguinhos, e só a água de chuva, de cima, caindo na vertical, cairia em Manguinhos.

Fazendo essa galeria de cintura e impedindo que a água de fora entrasse nas áreas das comunidades, só entrando mesmo a água na vertical, das chuvas. Essas águas, se o rio estivesse alto e se as comportas estivessem fechadas, ou seja, a água de chuva não poderia sair, ela ficaria acumulada, e poderia também provocar alagamentos e enchente. Para isso se construiria o que os técnicos chamam de “bacia de acumulação”, mas em área contida, sem entrar nas casas das pessoas, sem invadir as ruas. Assim, as ruas não enchem, são as bacias de acumulação que enchem. Quando para a chuva, se esvaziam. Esse é o sistema para se fazer, para impedir que as ruas fiquem embaixo d’água, se constrói uma bacia de acumulação. Ela acumula naquele momento da chuva, de pico de chuva. Acabou a chuva, ela esvazia, ao invés das pessoas ficarem cercadas, isoladas em suas casas, ilhadas em suas casas. Então ali, por baixo da torre da Light, se pode construir uma ou mais bacias para acumular água. Parou de chover, o rio escoar, e ela escoar, esvazia. Isso é muito usado em outros lugares, inclusive, pra questões de área de degelo em países onde ocorrem nevascas, etc. Então é uma forma de você minorar o problema, reduzir o problema. Então, essa é a proposta dos engenheiros e técnicos.

Assim, com essas intervenções, Manguinhos não sofreria mais os efeitos das chuvas – alagamentos e enchentes e suas consequências (perdas materiais, de mobilidade, doenças, etc.). Pois além de ser uma região de mangue, sujeita mesmo a alagamentos, os bairros vizinhos jogam toda a água no território por falta de projetos técnicos e intervenções da Prefeitura e do governo do Estado. As tubulações de drenagem que passam por Manguinhos retornam e contribuem para encher a área. Resolvendo o problema básico da drenagem pode-se urbanizar, botar água, botar esgoto, melhorar as condições de circulação, resolver toda a questão de transporte, e assim induzir ao desenvolvimento empresarial na área, ou seja, todo um plano.



## CONCLUSÃO

Primeira e central questão a ser destacada é relativa a emergência das enchentes: o descaso e a irresponsabilidade de sempre dos governos da Prefeitura e do Estado. Até o dia 19 de fevereiro a Defesa Civil não tinha atendido nenhum pedido feito pelos moradores.

Este relato das enchentes de fevereiro de 2018 ilustra bem o que é o pós PAC em Manguinhos: a provisoriedade, a precariedade e a incompletude como as marcas das políticas públicas. Políticas públicas resultantes do não respeito às prioridades da população, de intervenções e obras sem estudos da área e sem projetos técnicos, da baixa qualidade das obras, somados a falta de planos de manutenção como para a dragagem regular dos rios e canais por exemplo, e que deixam um rastro de perdas e danos que se repetem na história dos moradores.

Temos a mesma e recorrente recomendação, urgente e necessária: a da garantia da participação comunitária na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. A ampliação e qualificação dos canais de diálogo com a população de Manguinhos, envolvendo não apenas as representações formais das comunidades, mas outras organizações e coletivos que atuam em Manguinhos e possuem legitimidade junto aos moradores. A este respeito, é preciso destacar que são as pessoas que vivem e trabalham em Manguinhos, algumas delas inseridas em coletivos ou organizações locais, mas atuando de forma voluntária, que vêm dando respostas urgentes aos dramas dos moradores, como ocorreu nesta última enchente. Estas pessoas vêm constituindo uma rede de suporte social responsável pela circulação de informações e que desenvolve uma série de ações fundamentais a sobrevivência dos moradores, especialmente aqueles que se encontram em situação mais vulnerável e sob risco. Repetimos aqui algumas das recomendações feitas à Defensoria Pública no Relatório Técnico de 2016.

Em resumo, que os governos estadual e municipal façam valer as premissas do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e retome o diálogo com os moradores, tomando como referência os problemas decorrentes do PAC apontados pelos moradores e o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manguinhos, produzido no âmbito do próprio PAC.

Destacamos que a Constituição Brasileira de 1988, no seu Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, afirma uma extensa relação de direitos sociais no Capítulo II, Artigos 6º, em que diz que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A constituição coloca que moradia como direito fundamental impõe à Administração Pública o implemento de políticas destinadas a sua garantia ampla e universal.

Moradia, que entendemos incluir não apenas a habitação, como espaço físico, mas as condições para viver dignamente, que incluem acesso ao saneamento básico, acesso ao transporte, condições de mobilidade, entre outras.

Neste sentido, este relatório é mais uma denúncia da violação desses direitos por parte dos governos.

O que colocamos neste relato são visões parciais do problema, uma vez que a explicitação das necessidades reais é prerrogativa dos moradores. Portanto, seu aprofundamento implica no avançar do diálogo direto dos poderes constituídos com a população de Manguinhos. Somente dessa forma será possível o estabelecimento de um acordo para a solução dos problemas relatados que garantam seus direitos de cidadania, os quais têm sido sistematicamente violados.



## **ANEXO – Registro das Enchentes do PAC**

Os materiais produzidos pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTMA) como registro das enchentes encontram-se relacionados a seguir:

### **Enchente de 2010**

Slide show e livro “PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico”, disponíveis respectivamente nos seguintes links:

[http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/enchentes\\_abril2010.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/enchentes_abril2010.pdf) e

<http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/impactos.pdf>.

### **Enchente de 2013**

RELATO FOTOGRÁFICO DE URGÊNCIAS: PAC Manguinhos. Fev, 2014. LTM.

[https://www.academia.edu/34097430/PAC\\_Manguinhos\\_problemas\\_n%C3%A3o\\_resolvidos\\_o\\_que\\_dizem\\_os\\_moradores](https://www.academia.edu/34097430/PAC_Manguinhos_problemas_n%C3%A3o_resolvidos_o_que_dizem_os_moradores), acesso em 31/08/2017

### **Enchente de 2015 e 2016**

Foram elaborados um Relatório Técnico elaborado para subsidiar os moradores em suas demandas à Defensoria Pública e um Caderno de Oficinas, com o mapeamento dos problemas:

PIVETTA, F.; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C (Org.). PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ/ENSP, 2016. 50 p.

PIVETTA, F; CUNHA, M.B.; CARDOSO, A.L.C. PAC Manguinhos: problemas não resolvidos: o que dizem os moradores. Caderno de Oficinas do PAC Manguinhos / organizado por – Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ/ENSP, 2016. 16 p., disponível em :

[https://www.academia.edu/34097430/PAC\\_Manguinhos\\_problemas\\_n%C3%A3o\\_resolvidos\\_o\\_que\\_dizem\\_os\\_moradores](https://www.academia.edu/34097430/PAC_Manguinhos_problemas_n%C3%A3o_resolvidos_o_que_dizem_os_moradores), acesso em 31/08/2017